

O BEBÊ E O OUTRO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

(2009)

Adriana de Albuquerque Gomes

Psicóloga. Mestre em Comunicação e Pós-Graduada em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem -
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Bauru, São Paulo (Brasil)

Email:

aalbpsi@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo promove uma discussão teórica acerca da especificidade da clínica psicanalítica com bebês. Enfatizando a centralidade do conceito de Outro no legado de Jacques Lacan, o trabalho discorre sobre a lógica da estruturação psíquica do *infans*, buscando destacar a importância das etapas da alienação e da separação na gênese da subjetividade. Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre a função do analista em intervenções desenvolvidas na primeira infância.

Palavras-chave: Psicanálise, Lacan, outro, primeira infância

Ao abordar o inconsciente em sua relação com o significante, Lacan (1993) defende a tese de que o homem pensa porque a estrutura da linguagem recorta seu corpo. Isso porque, na visão desse autor, o inconsciente consiste em um jogo do significante, passível de ser evidenciado por meio de suas formações – sonho, lapso, chiste ou sintoma. Assim, se a psicanálise deve ser compreendida como uma ciência do inconsciente em constituição, então, convém assumir que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, formulando a existência de dois campos distintos para explicar a gênese da subjetividade humana: o do sujeito e o do Outro (Lacan, 1964/1998).

Deste modo, partindo da leitura de Hegel empreendida por Kojève, Lacan estabelece que o desejo do homem é o desejo do Outro – em que o Outro aparece como estrutura sociolinguística transcendental, na qual o sujeito deve advir. Pode-se depreender de tal afirmação, que o desejo do Outro existe bem antes da subjetivação do desejo pelo sujeito. O lugar de uma criança já se encontra, então, delimitado no interior da constelação familiar, por meio das convenções de

estruturas de parentesco, em um campo de experiências e de socialização previamente estruturado por um sistema sociolinguístico de regras, de normas e posições. Trata-se de uma anterioridade temporal que é, sobretudo, lógica (Safatle, 2006, p.74).

Santuário (2004) explica que a tematização lacaniana da dialética do desejo do sujeito, em sua referência a Hegel, deve ser compreendida como sendo apenas propedêutica e não fundadora.

Segundo Almeida (2006), a teoria idealista da linguagem coloca duas alternativas: ou o mundo consiste na extensão da Razão, o que traz como consequência que o real é racional ou, então, a Razão estendida é Outra, por absorver o inconsciente e o subjetivo.

Enquanto, para Hegel, o desejo do homem é o desejo do outro – seu semelhante –, de acordo com Lacan, o desejo do homem é o desejo do Outro, representado pela linguagem e, conseqüentemente, pela cultura. Em Hegel, o desejo depende do outro como desejante e como consciência, estando, como desejo, interessado em uma luta de prestígio com o outro para obter seu reconhecimento. Já em Lacan, o Outro se apresenta com inconsistência e inconsciência. O inconsciente é, nesse sentido, o discurso do Outro, sendo que para o neurótico, ele é barrado, pois há uma inscrição da falta no Outro, o que o torna inconsistente. O Outro, para Lacan, é sinônimo de lugar de significantes, indicando o lugar onde se institui o Outro da falta, pois falta o significante que o definiria como uma totalidade (Quinet, 2003).

Almeida (2006) afirma que o principal operador da teoria lacaniana é a hipótese de que o desejo é falta, concepção, como já exposto anteriormente, subsidiária do idealismo e da leitura kojéviana de Hegel. Destarte, o sentimento de perda e o nascimento do desejo acompanham a aquisição simbólica. A linguagem, enquanto limite do mundo, funciona, nesse contexto, como a própria castração, sendo que o que resta desse corte seria o que falta ao sujeito para assegurar a completude do Outro. Ao desejar aquilo que não é o próprio eu, o ser humano, por conseguinte, diferencia-se do mundo, constituindo um eu como um ente separado ou um limite mediante o qual se exerce a ação de desejar. O desejo é o desejo do Outro, pois é mediante o Outro que se percebe que há um objeto a ser desejado.

Logo, torna-se evidente que a concepção de linguagem, em psicanálise, refere-se ao que é subjetivo, de sujeito, indicando um processo de assujeitamento à linguagem e não a existência de uma subjetividade inata. Nessa perspectiva, a construção da subjetividade se dá, pela exterioridade, na medida em que o Outro condiciona o sujeito e imprime aí seu “código”. Para Freud, “Outro, *ein andere Schauplatz*” (Chalhub, 2001, p.18).

O movimento do desejo procede, portanto, da articulação do sujeito com o Outro e do Outro com o sujeito (Andrès, 1996, p.387).

Em síntese, o Outro como inconsciente, como alteridade radical para o sujeito, é o lugar que se faz presente na fala a partir da linguagem. Ele não se situa nem fora nem dentro do sujeito, mas integra o simbólico, que é da mesma ordem da cultura (Quinet, 2003). O conceito de

Outro, revela-se, então, fundamental para a compreensão da estruturação psíquica da criança no pensamento psicanalítico lacaniano.

No espaço de interlocução entre psicanálise e ciência do desenvolvimento, Jerusalinsky (2008) esclarece que se, por um lado, a criança nasce com um equipamento neurobiológico sensível à incorporação da linguagem, para que essa incorporação seja efetuada, necessária se faz a intervenção do Outro, sob a forma do discurso social, inicialmente parental. O papel materno mostra-se, pois, decisivo, já que sem operador falante, sem operador invocante do sujeito suposto na pequena criança, não há possibilidade de transmissão da linguagem. Deste modo, se há uma gramática que antecede a emergência do sujeito, ela só pode ser uma gramática do desejo materno.

Permanecendo nessa linha argumentativa, Jerusalinsky (2007) apresenta a noção de permeabilidade biológica do bebê ao significante. O autor afirma que o desenvolvimento do bebê humano não opera por simples automatismo biológico e que os estímulos do meio ambiente não são o seu motor. O que marca o ritmo do desenvolvimento é o desejo do Outro que opera sobre a criança por meio de seu discurso. Percebe-se, então, que o maturativo se mantém simplesmente como limite, mas não como causa. Isso porque, a condição de deficiência instintiva define a especificidade do humano, na medida em que nada no sistema genético-neurológico do bebê é capaz de lhe indicar qual seria o objeto que poderia acalmar seu mal-estar. O neonato fica totalmente à mercê de suas necessidades fisiológicas sem recursos suficientes para determinar com o quê e como elas poderiam ser satisfeitas. Tal insuficiência deixa espaço para uma dimensão psíquica: a pulsão como representante do biológico – *Triebrepräsenz*. O objeto humano é, logo, constituído pelo Outro.

Jerusalinsky (2008) sublinha, também, a importância da particular entonação da voz com a qual as mães costumam se dirigir aos seus bebês. Essa musicalização, que recebe a denominação de *motheress*, – em português, traduzido como *manhês* – consiste em modificações prosódicas na fala da mãe caracterizadas, principalmente, pela elevação da frequência fundamental, pelo prolongamento das vogais, e pelas repetições das curvas melódicas (Parlato-Oliveira, 2006). Os elementos da fala “*manhês*” são, de fato, muito próximos dos elementos musicais, como, por exemplo, a canção de ninar, cuja melodia é simples, apresentando sons repetitivos e rítmicos. Desse modo, o espaço sonoro distinguir-se-ia como o primeiro espaço psíquico, constituindo-se esta corporeidade sonora da linguagem como vetora de todo um prazer para a criança. Emitindo sons, a partir do balbúcio, a criança, em seu turno, estaria recriando alguma coisa a partir do que ouve da mãe, identificando-se com ela.

No entanto, por motivos diversos, como depressão pós-parto, gestação na adolescência ou, até mesmo, pelo fato da concepção do bebê não ter sido planejada conscientemente pela mãe, ela pode manifestar dificuldades de investir afeto na criança. Assim, face à urgência de acolhimento e de posicionamento simbólico do bebê em seus primeiros meses de vida, Vorcaro (2004) considera tais dificuldades merecedoras de atenção dos psicanalistas, por constituírem uma

circunstância de risco à estruturação do psiquismo. A seu ver, a inclusão do bebê nas entrevistas com a mãe indica um grande deslocamento da cena clínica, na qual o método psicanalítico opera. No entanto, Vorcaro afirma, também, que é necessário que o bebê compareça quando ele, ou não é significado, ou é significado fixamente por seu cuidador. Isso se explica pelo fato de que, para o bebê, é imprescindível que a linguagem nele incida, circule ao seu redor, dando-lhe posições diversas até que, dele, um sujeito possa advir.

Celes (2004) salienta que o nascimento psíquico não coincide com o nascimento físico da criança produzido pelo processo de parto. Essa não-coincidência faz reconhecer uma certa autonomia da gênese do psiquismo que, além de interrogar sua datação, problematiza seu fundamento. Não sendo um dado, o psíquico só pode ser compreendido pela teoria que o define. No âmbito psicanalítico, tal definição é fruto da suposição da existência de uma realidade outra, a realidade psíquica. O bebê é um ser em contínuo devir.

No entanto, a transformação – de organismo a sujeito de uma existência simbólica – que todo bebê precisa passar, exige uma série de operações que devem ocorrer no âmago de uma relação sustentada pelo Outro parental, transmissor da estrutura simbólica (Bernardino, 2008).

Tais operações são denominadas alienação e separação por Lacan (1964/1998). Segundo o autor, o significante produzindo-se no campo do Outro faz emergir o sujeito de sua significação. Todavia, ele só funciona como tal reduzindo o sujeito a um significante. E, se tudo surge da estrutura do significante, essa estrutura se funda na função do corte.

Assim sendo, a criança se fará representar pelos significantes que a mãe lhe oferece, já que, frequentemente, é ela quem ocupa o lugar de Outro. Contudo, quando a mãe não toma a criança no lugar de valor e não consegue investi-la libidinalmente, a alienação pode não ocorrer. A segunda operação – a separação – decorre da primeira e só acontece pelo encontro com a falta no Outro. Pela própria estrutura languageira, não há como os significantes ofertados pela mãe representarem totalmente a criança. Há sempre um resto que resiste à representação. Portanto, quando as operações de alienação e separação não se efetivam, o resultado são problemas na aquisição da linguagem, na constituição da imagem corporal e no estabelecimento do laço social (Braga, 2005).

A clínica com bebês implica, necessariamente, considerar uma intervenção na relação do *infans* com seu entorno familiar. Isso porque, obviamente, um bebê não busca, por si mesmo, um tratamento. Ele chega à clínica, pois, nos braços de alguém. Destarte, o relevo que estes outros assumem na vida da pequena criança vai além do simples fato de serem pessoas atentas às suas necessidades vitais, que certamente não são poucas, e que a colocam em uma posição de real dependência do suporte de alguém. Por este motivo, o cuidador não tem apenas a função de oferecer um objeto que satisfaz ou frustra, mas, sim, de colocar o bebê em rede com um saber simbólico acerca do que lhe convém (Jerusalinsky, 2005).

Seguindo os princípios estabelecidos por Lacan, Bernardino (2004) sintetiza os efeitos do tratamento psicanalítico sobre a família e o bebê. De modo geral, o que a clínica revela, diz a autora, é que o bebê atua - com seu corpo, suas funções, suas manifestações - como uma formação do inconsciente dos pais, principalmente da mãe. O bebê colocaria em ato um retorno do recaiado, ou, avançando um pouco mais, ele teria o papel de suporte de algo não simbolizado que marcou seu grupo familiar. A escuta psicanalítica pode permitir que a mãe e/ou pai se posicione de uma maneira nova perante a criança. As pontuações do analista na clínica, com sua voz, dirigidas tanto ao bebê quanto aos membros da família ali presentes, fazem função de terceiro termo, representando a linguagem e a palavra em uma relação que se mostra ainda predominantemente corporal.

A clínica com bebês exige do analista uma compreensão da primeira infância que só se torna possível pelo retorno a Freud defendido por Lacan. Na atualidade, esse retorno fundamental vem sendo realizado por Lévy (2008), autor que qualifica de infantil o período durante o qual o recaiado não completou ainda seu papel, sendo função do analista permitir ao *infans* o desalojamento de seu lugar de objeto para poder ocupar, posteriormente, o lugar de sujeito. Essa função implica o trabalho com a angústia e a recusa de qualquer tentativa de sua conversão em figura paternal ideal. De modo geral, as colocações de Lévy são válidas também para intervenções analíticas na *tenra* infância, visto que não se deve atender um bebê sem tomar em consideração os discursos proferidos por aqueles que participam intensamente de seu cotidiano. Isso se explica pela relação que a criança estabelece como o campo do Outro mesmo antes de nascer, isto é, pelo fato de já se encontrar imersa na configuração fantasmática de seu entorno familiar em um tempo lógico, anterior a sua própria concepção.

Conclui-se, portanto, que, na perspectiva lacaniana, é possível analisar o sofrimento psíquico do bebê. Essa análise se dará, em linhas gerais, pela identificação das articulações entre suas manifestações corporais e as fantasias de seus cuidadores principais. Ao final, o que se busca, é a delimitação, em profundidade, dos principais impasses existentes na constituição do laço pais-bebê.

REFERÊNCIAS

Almeida, J. J. R. L. (2006). Lacan e o desejo do desejo de Kojève. *Impulso*, 17 (42), 99-113.

Andrès, M. (1996). O Outro. In: Kaufmann, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 385-387.

Bernardino, L.M.F. (2004). Um retorno a Freud para fundamentar a clínica psicanalítica com bebês e seus pais: os estudos sobre telepatia. *Estilos da Clínica*, São Paulo, 9 (17), 94-103.

_____. (2008). É possível uma clínica psicanalítica com bebês? In: Kupfer, M.C.M. & Teperman, D. (Orgs.). *O que os bebês provocam nos psicanalistas*. São Paulo, Escuta, 13-30.

Braga, L. P. (2005). Dos traumas ao mundo misterioso de Thomas. In: Colli, F.A.G. & Kupfer, M. C. M. (Orgs.). *Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 43-64.

Celes, L.A. (2004). Nascimento psíquico. In: Aragão, R. O. (Org.). *O bebê, o corpo e a linguagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 41-58.

Chalhub, S. (2001). O inconsciente é o discurso do Outro. In: Cesarotto, O. (Org.). *Idéias de Lacan*. São Paulo: Editora Iluminuras, 17-22.

Jerusalinsky, A. (2007). *Psicanálise e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

_____. (2008). *Saber falar: como se adquire a língua?* Petrópolis: Vozes.

Jerusalinsky, J. (2005). *Quem é o Outro do sujeito na primeira infância? Considerações sobre o lugar da família na clínica com bebês*. Recuperado em 3 de maio de 2009 de <http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos.php>

Lacan, J. (1993). *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1998). *O seminário: livro 11 – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lévy, R. (2008). *O infantil na psicanálise: o que entendemos por sintoma na criança*. Petrópolis: Vozes.

Parlato-Oliveira, E. M. (2006). *Os aspectos constitucionais do bebê na constituição do sujeito*. In: Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, 5, São Paulo.

Quinet, A. (2003). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Safatle, V. (2006). *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora Unesp.

Santuário, L.C. (2004). *A lei do desejo: epistemologia da psicanálise lacaniana*. Caxias do Sul: Educs.

Vorcaro, A. (2004). Método psicanalítico e a clínica do laço mãe-bebê. *Estilos da Clínica*, São Paulo, 9 (16), 70-79.